

INDICADORES SOCIAIS DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO CENSO DEMOGRÁFICO E DO CENSO ESCOLAR

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os indicadores da deficiência no Brasil. Para tanto utilizamos os dados oficiais sobre a deficiência no nosso país, o Censo Demográfico e o Censo Escolar. A busca destes dados foi feita por meio dos bancos de dados disponíveis no site do IBGE e do INEP. Para o tratamento dos microdados do Censo Escolar, utilizamos o software de estatística SPSS 17. Os resultados indicam que as estimativas de pessoas com deficiência na população brasileira divulgadas pelo IBGE e a quantidade de alunos com deficiência que recebem escolarização no ensino regular divulgadas no Censo Escolar, são divergentes. A incidência de alunos com deficiência intelectual nas escolas, também é muito grande, sendo que pelo IBGE a deficiência em maior quantidade é a deficiência visual.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Censo Demográfico. Censo Escolar. Políticas Públicas.izado.

Patrícia Jovino de Oliveira Dias
UEL
patricia.jovino@hotmail.com

Michelle Mayara Praxedes Silva
UEL
mmpraxedes_silva@hotmail.com

Introdução

A escolha por trabalhar com os indicadores educacionais brasileiros reside na relevância que os mesmos possuem na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas da educação, bem como na distribuição dos financiamentos destinados à área, principalmente para a educação especial.

Os Indicadores Sociais são apresentados socialmente no Brasil através de estatística pública, com informações sobre a população mediante o Censo Demográfico e informações educacionais com o Censo Escolar da Educação Básica.

A construção de um corpo científico sobre Indicadores Sociais é algo recente na área. Essa consolidação adquiriu consistência em meados dos anos de 1960, como tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e conferência do impacto que as políticas sociais estavam se desenvolvendo na sociedade.

De acordo com Jannuzzi (2006), com a consolidação de um recurso metodológico, empiricamente referido como os Indicadores Sociais, os governantes podem com o subsídio dessa ferramenta estruturar o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem estar e da mudança social e monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas, melhorando assim a qualidade de vida da população. Um indicador é uma poderosa ferramenta para analisar de forma contextualizada e comparativa a realidade que está se processando socialmente.

O Indicador Social evidencia empiricamente os fenômenos sociais observados, contribuindo desta maneira para a composição de um panorama geral das condições de vida da população. Sendo um instrumento funcional para analisar a realidade da sociedade, ele simboliza em valor palpável as dimensões que são relevantes para a realidade social. É dotado de um “conteúdo informacional”, ou seja, de um “valor contextual” presente na informação que ele expõe (JANNUZZI, 2006).

A partir do Indicador Social podem-se formular políticas públicas e acompanhar o impacto das transformações sociais que as políticas trazem ou não. Nas pesquisas acadêmicas o uso de indicadores sociais tem sido feito por diversas áreas com fins

distintos. A relevância de se utilizar estes dados está no seu caráter de ser um dado público oficial.

O dado oficial é o dado que determina a construção e avaliação das políticas públicas direcionadas a uma determinada parcela da população. Quando tratamos das pessoas com deficiência nós temos dois grandes bancos de dados nacionais que trazem informações sobre essa população, estes dados são do Censo demográfico e do Censo escolar. O Censo demográfico realizado pelo IBGE a cada dez anos e os Censo escolar da educação básica é feito anualmente. Neste trabalho usaremos os dados destes dois bancos.

Censo Demográfico

Desde 1991, as informações sobre a população com deficiência no Brasil, passaram a ser investigadas e divulgadas pelo censo demográfico. Para que isso acontecesse tivemos a criação da lei nº. 7. 853 que em seu artigo 17 indica que “serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País” (BRASIL, 1989). A partir do ano de 1991 o censo demográfico realizado pelo IBGE deu-se “por meio de inquérito amostral em aproximadamente 11% dos domicílios brasileiros” (MELETTI e BUENO 2010, p.6). Várias críticas foram feitas em relação aos procedimentos utilizados neste censo, pois os índices finais da pesquisa foram mais baixos do que o esperado. Desta maneira,

Algumas hipóteses foram levantadas sobre as prováveis causas dos índices encontrados: limites da metodologia utilizada; o conceito de deficiência adotado pelo IBGE; não reconhecimento da condição de deficiência nas faixas etárias que compreendem o início da vida; ocultamento da informação em função do preconceito sobre as deficiências no país e/ou; dificuldade do pesquisador em identificar a informação (MELETTI e BUENO, 2010, p.6).

Já no Censo de 2000, algumas reformulações foram feitas como exemplo, houve mudança no conceito de deficiência, que passou a ser mais amplo. Os índices finais foram bem diferentes do censo anterior, em que a população de deficientes era de 1,50% do total e no censo de 2000 passou para 14,5% (MELETTI e BUENO, 2010). Apesar das

mudanças já realizadas no questionário, a metodologia utilizada é limitada, podendo ter pessoas não deficientes, se declarando como tais, devido à amplitude das categorias questionadas (MELETTI e BUENO, 2010).

A coleta de dados realizada pelos Censos e disseminação por agentes como o IBGE permitem a criação de Indicadores Sociais. O IBGE é um órgão de coleta e disseminação de estatísticas públicas sociais, ele é um “agente coordenador do Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas, como produtor de dados primários, compilador de informações provenientes dos Ministérios e como agente disseminador de estatísticas (JANNUZZI, 2003, p.37)”. O IBGE como parte do sistema de estatística pública permite, apesar de suas falhas, um acúmulo de informações para analisar e diagnosticar o que tem mudado na realidade brasileira, afim de que se possam construir indicadores sociais.

Os dados divulgados pelo IBGE são coletados por meio dos Censos demográficos, que apresentam muitas informações variadas sobre a população do país. O Censo do Brasil mostra-se internacionalmente como sendo um dos mais detalhados, tendo um grande pessoal envolvido na sua coleta de campo (JANNUZZI, 2003).

O Censo Demográfico, realizado no ano de 2010, teve por base dois diferentes questionários, o questionário de amostra e o questionário básico. Conforme o próprio Censo:

Questionário Básico - aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características básicas do domicílio e dos moradores;

Questionário da Amostra - aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no questionário básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores (IBGE, 2010, p.10, grifo do autor).

As informações quanto às pessoas com deficiência na população brasileira ficaram restritas ao questionário de amostra. Foi investigada a existência de deficiências destacando-se a deficiência visual, auditiva, física (denominada como motora) e a deficiência mental/intelectual.

No questionário a pergunta realizada era se havia dificuldade permanente para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus. Quanto à deficiência mental/intelectual, perguntava-se se havia alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite suas

atividades habituais como trabalhar, ir à escola, brincar, etc. (IBGE, 2010). As respostas dessas questões para a deficiência visual, auditiva e física foram organizadas nas seguintes categorias: não consegue de modo algum, grande dificuldade, alguma dificuldade e nenhuma dificuldade. Para a deficiência mental/intelectual apenas sim ou não.

O IBGE definiu as deficiências investigadas da seguinte forma: para a deficiência visual “foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de enxergar (avaliada com o uso de óculos ou lentes de contato, no caso da pessoa utilizá-los)” (IBGE, 2010, p.27); para a deficiência auditiva “se a pessoa tinha dificuldade permanente de ouvir (avaliada com o uso de aparelho auditivo, no caso da pessoa utilizá-lo)” (IBGE, 2010, p.27); para a deficiência motora “se a pessoa tinha dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas (avaliada com o uso de prótese, bengala ou aparelho auxiliar, no caso da pessoa utilizá-lo)” (IBGE, 2010, p.28). Já para a deficiência mental/intelectual¹ que no questionário não apresenta categorias, temos a seguinte informação:

Foi pesquisado se a pessoa tinha alguma deficiência mental ou intelectual permanente que limitasse as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar etc.

A deficiência mental é o retardo no desenvolvimento intelectual e é caracterizada pela dificuldade que a pessoa tem em se comunicar com outros, de cuidar de si mesma, de fazer atividades domésticas, de aprender, trabalhar, brincar etc. Em geral, a deficiência mental ocorre na infância ou até os 18 anos de idade. Não se considerou como deficiência mental as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose (IBGE, 2010, p.28).

Tendo em vista as categorias utilizadas para definir a existência ou não de deficiências, considerando a amplitude dessas categorias, neste trabalho basearemos nossos resultados para as deficiências visuais, auditivas e motoras, utilizando-se apenas da categoria “não consegue de modo algum”, considerando que nesse espaço encontram-se realmente as pessoas com deficiência.

¹ Preferiu-se adotar a nomenclatura própria do IBGE para mental/intelectual.

Censo escolar

Desde 1980, as informações referentes à educação básica e educação especial no Brasil passaram a ser construídas a partir de uma base de dados estatístico educacional, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A coleta dos dados é realizada através do sistema on-line Educacenso, em formulário enviado a todas as escolas (públicas e privadas) do país. Este se constitui o principal instrumento de coleta de informações educacionais, denominado Censo Escolar da Educação Básica.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. (...) O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar (BRASIL, 2013).

Segundo Rigotti e Cerqueira (2004, p.74), esse sistema de disseminação de dados educacionais tem por objetivo principal,

[...] fornecer informações e estatísticas para a realização de diagnósticos e análises sobre a realidade do sistema educacional do país, subsidiando a definição e a implementação de políticas orientadas para a promoção da equidade, efetividade e qualidade do ensino.

O INEP encaminha às escolas, juntamente com o formulário, um caderno de instruções contendo informações a respeito do preenchimento do Censo Escolar. Neste caderno há as principais instruções a respeito de como deve ocorrer o preenchimento das informações no formulário do Censo. Estão especificados inclusive informações a respeito da educação especial e de cada deficiência (as características de cada deficiência).

Além da atribuição de coordenar a estatística educacional em todas as modalidades (educação regular, educação especial e educação de jovens e adultos – EJA) e em todo o país, o INEP coordena o sistema de avaliação da educação, através do SAEB e da Prova Brasil.

Os indicadores relativos ao rendimento escolar dos alunos iniciou-se em 1990 com o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), pois os dados levantados pelo INEP não

apresentavam dados de rendimento, mas principais “informações sobre a educação básica, que abrange suas diferentes etapas e modalidades coletando dados sobre estabelecimentos, matrículas e funções docentes” (MELETTI e BUENO, 2010, p.8). O SAEB é realizado por amostragem (os alunos são selecionados aleatoriamente) a cada dois anos nas 4ª e 8ª série no ensino fundamental e 3º ano do ensino médio (ENEM).

De acordo com Rigotti e Cerqueira (2004, p.77) “o SAEB constitui-se em um importante subsídio para a compreensão dos fatores associados ao processo de ensino e aprendizagem, em diversas séries e disciplinas”, constituindo-se em um amplo processo de coleta e análise de dados relativos à educação em nosso país.

Os dados relativos ao rendimento também são coletados na Prova Brasil, que desde 2005 auxilia na amostragem do SAEB, pois divulga os dados não apenas gerais, mas de cada município e cada escola em particular. Como o SAEB, a Prova Brasil é realizada nas séries finais do ensino fundamental 1 (4ª série) e 2 (8ª série).

O sistema nacional de monitoramento da educação estrutura-se mediante as informações desses dois sistemas: as avaliações em larga escala, que medem o desempenho dos alunos por meio da Prova Brasil, e o Censo Escolar da Educação por meio do qual a escola registra os dados de matrícula, turma, docência e escola. A partir dos dados coletados por esses dois sistemas é que o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), principal indicador social da educação brasileira, é formulado e determina a elaboração e implementação das políticas da educação assim como o financiamento da área.

O IDEB é um indicador social que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação. Foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa de reunir em um indicador dois conceitos importantes do que tange a análise da qualidade da educação: fluxo escolar (Censo Escolar) e médias de desempenho nas avaliações (Prova Brasil).

Discussão e resultados

Tomando por base os dados educacionais coletados e divulgados pelo INEP, analisamos o movimento do atendimento educacional de alunos com necessidades

educacionais especiais a partir do cotejamento dos dados de matrículas da Educação Básica, no Brasil, no estado do Paraná e no município de Londrina, por tipo de deficiência e dependência administrativa.

A tabela 1 apresenta o número de alunos da Educação Básica brasileira, com e sem necessidade educacional especial, na rede regular de ensino, no ano de 1998 a 2012.

Tabela 1
Matrículas gerais da Educação Básica e de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil (1998 - 2012)

Ano	Total de alunos da Educação Básica	Total de alunos com NEE
1998	51.768.862	337.326
1999	54.216.412	374.699
2000	54.258.759	382.215
2001	55.568.510	404.743
2002	54.716.609	448.601
2003	55.265.848	504.039
2004	56.174.997	566.753
2005	56.471.622	640.317
2006	55.942.047	700.624
2007	52.179.530	654.606
2008	52.321.667	657.272
2009	52.580.452	604.884
2010	51.549.889	702.603
2011	50.972.619	752.305
2012	50.545.050	820.433

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do banco de Microdados do MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Microdados: 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

De acordo com dados da Tabela 1, observamos que o número de alunos matriculados na Educação Básica brasileira no período de 1998 a 2012 sofre constantes oscilações, com aumentos seguidos de reduções. Cotejando os dados de 1998 a 2005 analisamos um aumento nas matrículas de 9,08% no decorrer dos sete anos, pois de 51.768.862 matrículas em 1998 passa para 56.471.622 em 2005. Posteriormente notamos uma redução ano a ano no índice de matrícula chegando em 2012 com uma queda de 10,49% e um total de 50.545.050 matrículas.

O número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Educação Básica, no mesmo período, acompanham as oscilações dos índices gerais com aumentos, reduções e novamente aumentos nas matrículas. De 1998 a 2006 observamos um acréscimo de 107,70% nas matrículas desse alunado, seguido por uma queda em 2007 de 6,56% se comparado a 2006. Ao contrário dos dados gerais que a redução se manter ano a ano, nas matrículas de alunos com NEE após 2007 volta a ocorrer um novo aumento chegando a 25,33%. Cotejando os dados de 2012 com os de 1998, analisamos um aumento de 143,21% no período estudado.

No último Censo Demográfico, a população brasileira foi de 190.755.799. Os que têm alguma das deficiências investigadas, são 45.606.048, correspondendo a 23,91% da população. A maior incidência é da deficiência visual, sendo que os que *não conseguem de modo algum* são 506.377 e os que têm *grande dificuldade* 6.056.533. Na sequência, temos a deficiência física em que na categoria *não consegue de modo algum* temos 734.421 e os com *grande dificuldade* são 3.698.929. Na deficiência mental/intelectual temos um total de 2.611.536 e a menor incidência é na deficiência auditiva sendo 344.206 *não conseguem de modo algum* e 1.798.967 com *grande dificuldade*.

Considerando a porcentagem, podemos dizer que 23,91% da população têm alguma das deficiências investigadas. Levando em conta apenas os que *não conseguem de modo algum* e os com *grande dificuldade*, podemos aferir que destes, 14,39% têm dificuldade permanente em enxergar; 9,72 % têm deficiência física; 5,72% deficiência mental/intelectual e 4,69% deficiência auditiva. Essas porcentagens trazem à tona novamente a questão dos limites metodológicos de coleta do IBGE, pois as deficiências de maior incidência são as deficiências visual e física.

Nessas duas deficiências temos a categoria *grande dificuldade* permitindo a pessoas com problemas visuais que fazem uso de óculos e que não são consideradas deficientes visuais, acabem sendo entendidas como tal. Outros que podem ser classificados erroneamente como deficientes são os que apresentam dificuldade de locomoção, também não caracterizada por deficiência física, mas que devido à amplitude das categorias são considerados deficientes. Há de se considerar que estes números são

superestimados, contudo sendo o dado oficial são eles que devem ser considerados na elaboração das políticas públicas, ainda que sejam limitados.

A tabela 2 apresenta o número de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino da Educação Básica brasileira, por tipo de deficiência e dependência administrativa.

Tabela 2
Número de alunos da Educação Básica brasileira por tipo de deficiência e dependência administrativa (2012)

Dependência Administrativa	Tipo de deficiência				
	T Total	Def. Visual	Def. Auditiva	Def. Física	Def. Mental
	18	22.0	20.82	23.1	114.5
Estadual	0.551	15	4	65	47
Municipal	2	5.53	28.59	51.0	206.
	91.613	8	3	94	388
Privada	31	3.85	3.691	7.44	16.5
	.541	2		5	53

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do banco de Microdados do MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Microdados: 2012.

Pode-se perceber que a ordem de incidência das deficiências difere muito. No IBGE temos a ordem das deficiências em: deficiência visual, deficiência física, deficiência mental/intelectual e deficiência auditiva. Enquanto que no Censo Escolar, a ordem das deficiências no ensino regular é: mental/intelectual, física, visual e auditiva.

O número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Educação Básica, no mesmo período, analisados por tipo de deficiência, mostra que de um total de 291.613 na esfera municipal 1,90% são de alunos com deficiência visual, 9,81% com deficiência com auditiva, 17,52% com deficiência física e 70,77% com deficiência mental.

Na dependência estadual, constata-se de um total de 180.551 matrículas 12,19% são de alunos com deficiência visual, 11,53% com deficiência auditiva, 12,84% com deficiência física e 63,44% com deficiência mental.

Com um total de 31.541 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na esfera privada 12,21% são de alunos com deficiência visual, 11,70% com deficiência auditiva, 23,61% com deficiência física e 52,48% com deficiência mental.

Percebemos que a deficiência mental possui o maior índice de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as dependências administrativas a deficiência mental libera em número de matrículas chegando a computo de 70% do total analisado, sendo 206.388 matrículas na esfera municipal, 114.547 matrículas na estadual e 16.553 na privada.

Analisando o computo das matrículas de alunos com e sem necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino da Educação Básica no estado do Paraná, em 2012, observamos nas matrículas de alunos sem necessidades educacionais especiais um movimento semelhante ao nacional, em que a concentração de alunos está nas escolas da rede municipal de ensino, seguida da privada e estadual. As matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais o maior índice está na esfera estadual, seguida da municipal e privada.

De um total de 970.395 alunos matriculados na rede municipal 953.221 (98,23%) são alunos que não possuem necessidade educacional especial e 17.174 (1,77%) são de alunos com NEE. Na esfera privada de 364.539 alunos 363.076 (99,60%) não tem nenhum tipo de NEE e 1.463 (0,40%) tem NEE.

Observamos na esfera estadual que de um total de 126.733 matrículas, 108.058 (85,26%) são de alunos sem NEE e 18.675 (14,74%) são de alunos com NEE, como já mencionado a dependência administrativa estadual possui o maior número de matrículas de alunos com NEE, sendo 18.675 alunos.

Tabela 3
Número de alunos da Educação Básica, no estado do Paraná por dependência administrativa (2012)

Dependência Administrativa	Tipo de deficiência				
	Total	Def. Visual	Def. Auditiva	Def. Física	Def. Mental
Estadual	17.983	2.580	1.651	978	12.774
Municipal	16.820	1.690	763	1.367	13.000
Privada	1.271	300	174	225	572

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do banco de Microdados do MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Microdados: 2012.

Na dependência administrativa estadual com um total de 17.983 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais 14,35% são de alunos com deficiência visual, 9,18% com deficiência auditiva, 5,44% com deficiência física e 71,03% com deficiência mental.

Na esfera municipal dentre um total de 16.820 matrículas, observou-se o seguinte movimento: 10,05% de alunos com deficiência visual; 4,54% com deficiência auditiva; 8,12% com deficiência física; e 77,29% com deficiência mental.

Cotejando os dados de matrículas na esfera privada observamos que de um total de 1.271 alunos matriculados em escolas regulares 23,60% eram de alunos com deficiência visual, 13,70% com deficiência auditiva, 17,70% com deficiência física e 45,00% com deficiência mental.

Analisando os dados de matrículas de alunos da Educação Básica, com e sem necessidades educacionais especiais, no município de Londrina em 2012 percebemos que a concentração de matrículas gerais se encontra na esfera estadual, enquanto que as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais estão na esfera privada.

Com um total de 58.115 alunos matriculados na esfera estadual, 57.196 (98,42%) é o computo do alunado geral e 919 (1,58%) com necessidades educacionais especiais. Na esfera municipal, com um total de 33.306 matrículas 32.595 (97,87%) são gerais e 711

(2,13%) com necessidades educacionais especiais. Já na dependência privada 32.285 (96,56%) são de matrículas gerais e 1.149 (3,44%) de alunos com necessidades educacionais especiais, de um total de 33.434 matrículas.

A tabela 4 apresenta o número de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino da Educação Básica no município de Londrina/PR, por tipo de deficiência e dependência administrativa.

Tabela 4
Número de alunos da Educação Básica, no município de Londrina por tipo de deficiência e dependência administrativa (2012)

Dependência Administrativa	Tipo de deficiência				
	Total	Def. Visual	Def. auditiva	Def. física	Def. mental
Estadual	17	143	34	63	377
Municipal	91	45	25	114	507
Privada	1.280	140	8	146	986

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do banco de Microdados do MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Microdados: 2012.

As matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina contam com o maior índice de alunos na esfera privada, seguida da municipal e estadual.

Com um total de 1.280 alunos matriculados em escolas privadas 10,94% são de alunos com deficiência visual, 0,63% com deficiência auditiva, 11,40% com deficiência física e 77,03% com deficiência mental. Na rede municipal de ensino com um total de 691 matrículas 6,51% são de alunos com deficiência visual, 3,62% com deficiência auditiva, 16,50% com deficiência física e 73,37% com deficiência mental. Já na esfera estadual com um total de 617 matrículas, há o computo de 23,18% de alunos com deficiência visual, 5,51% com deficiência auditiva, 10,21% com deficiência física e 61,10% com deficiência mental.

Um fato que muito chamou nossa atenção, e que já foi comentado anteriormente, é que a deficiência mental é o tipo de deficiência que possui o maior índice de matrículas,

seguido da deficiência física. Analisamos que esse fato não ocorre apenas no Brasil, mas no estado do Paraná e município de Londrina, ou seja, o município e o estado seguem o movimento nacional, onde a deficiência mental chega a computar quase que 80% das deficiências analisadas.

Considerando a localização, se zona urbana ou rural, temos na zona urbana um total de 160.934.649 pessoas, o que equivale a 84,37% da população brasileira. Destes, 38.473.702 apresentam *alguma das deficiências investigadas*. Para a deficiência visual temos 438.481 que *não conseguem de modo algum* e 5.033.221 com *grande dificuldade*. Na deficiência física, os que *não conseguem de modo algum* são 637.456 e com *grande dificuldade* 3.132.118. A deficiência mental/ intelectual corresponde a 2.165.748 da população urbana com deficiência e em menor quantidade a deficiência auditiva com 289.561 que *não conseguem modo algum* e 1.489.770 com *grande dificuldade*.

Quanto à zona rural, as pessoas ali residentes somam um total de 29.821.150, equivalente a 15,63% dos brasileiros. Com alguma das deficiências, 7.132.347. Quando cotejamos por tipo de deficiência temos que na deficiência visual os que *não conseguem de modo algum* são 67.896 e 1.023.312 apresentam *grande dificuldade*. Já para a deficiência física que é a segunda em incidência, temos 96.965 e 566.812, sendo respectivamente os que *não conseguem de modo algum* e com *grande dificuldade*. Para a deficiência mental/intelectual temos 445.788 pessoas. E por últimos em menor incidência está a deficiência auditiva com seus 54.645 que *não conseguem de modo algum* e 309.196 com *grande dificuldade*.

No Censo Escolar de 2012, ao verificarmos os alunos que moram no campo e recebem escolarização seja no campo, seja na cidade temos os seguintes resultados.

Tabela 5
Matrículas de alunos que residem no campo e estudam na cidade ou no campo, por modalidade de ensino.

LOC. ESCOLA	NEE	REGULAR	ESPECIAL	EJA
Campo/cidade ²	98.677	44.933	21.300	3.156
Campo/campo ³	89.047	63.972	979	6.579
TOTAL	187.724	108.905	22.279	9.735

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados extraídos do banco de Microdados do MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Microdados: de 2012.

A partir dessa tabela vemos que a quantidade de alunos com deficiência que reside no campo e recebe escolarização é ínfima. Se pegarmos apenas os que estão na modalidade regular temos um total de 108.905. Considerando as estimativas do IBGE, estima-se que há cerca de 2.564.614 pessoas residentes na zona rural que declararam não conseguir de modo algum ou ter grande dificuldade na área motora, visual, auditiva, intelectual, isso na zona rural. Ora se a estimativa é de que há 2.564.614 pessoas e nós temos um total de 187.724 com necessidade educacional especial na escola, isto significa que a política inclusiva tem atendido a aproximadamente 7,31% dessa população.

Diante dessa situação alarmante, vemos que essa interface educação especial e educação no campo têm sido deixada de lado, não só nos dados oficiais, como também no meio acadêmico. Considerando que a educação especial e a educação no campo são direitos garantidos por lei, essa é mais uma amostra do “quanto estamos longe de pensar a educação especial como um direito universal” (CAIADO; MELETTI, 2011, p.6). Em pesquisa realizada por Caiado e Meletti (2011, p.2), as autoras nos mostram que essa interface da educação especial com a educação no campo é praticamente inexistente nos trabalhos acadêmicos. No período de 20 anos o Grupo de Trabalho da Educação Especial da ANPED, não teve nenhum trabalho dentro dessa temática. Então podemos dizer que diante da situação atual as pessoas com deficiência que residem no campo sofrem o

² Alunos que moram no campo e estudam na cidade.

³ Alunos que moram no campo e estudam no campo.

“descaso de ações na área de políticas públicas”, como também pela falta de pesquisas acadêmicas.

Considerações finais

A partir desses dados apresentados podemos destacar que a estimativa do IBGE é de que a deficiência com maior incidência na população brasileira é a deficiência visual, seguida da deficiência física, mental e auditiva. Essa ordem de deficiências há diferença quando tratamos das pessoas que recebem escolarização. Outro ponto a se destacar é a discrepância que há entre a estimativa de pessoas com deficiência de acordo com o IBGE e o número que pessoas que estão recebendo algum tipo de escolarização indicados pelo Censo Escolar. Essas divergências nos dados oficiais nos fazem perceber o quanto estamos aquém de uma política inclusiva que atenda a real demanda.

Quanto à educação de pessoas com deficiência no campo, pode-se dizer que o mesmo problema se repete, a demanda é grande e os que estão na escola são poucos. Mais uma vez voltamos para a questão da oficialidade destes dados, que mesmo sendo limitados em suas metodologias de coleta, são oficiais, portanto o governo utiliza-se destes dados na elaboração de políticas públicas.

Outro dado que nos chamou atenção é o grande número de matrículas de alunos com deficiência mental, divulgados no Censo Escolar e a alta estimativa de pessoas com deficiência visual pelo Censo Demográfico, nos mostrando que há divergências entre os próprios dados oficiais, nos mostrando também que a deficiência mental é a deficiência que mais é identificada nas escolas, pois esse aluno está em um local em que o intelecto é extremamente valorizado. Outra questão é que mesmo sendo limitados, é a partir deles que as políticas devem ser elaboradas, então a área da deficiência visual e intelectual deveriam ser o foco das políticas.

Destarte, oficialmente essa é a população com deficiência no nosso país. Uma população com precariedade na educação no campo, com baixa incidência de alunos com deficiência nas escolas. Em contraste com essa situação, a política atual indica que às pessoas com deficiência terão preferencialmente atendimento na rede regular de ensino, receberão atendimento educacional especializado, currículo adaptado, recursos

pedagógicos, atendimento à população rural, dentre outras coisas. Tudo isso nos deixa evidente que há um descompasso entre estas três frentes, o Censo Demográfico, o Censo Escolar e as políticas públicas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24/10/1989**, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 30 out. 2013.

_____; INEP/MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica – Caderno de Instrução**, 2013. Disponível <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-questionarios>>. Acesso em: 04/2013.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 1998**. Brasília: MEC/INEP, 1998.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 1999**. Brasília: MEC/INEP, 1999.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2000**. Brasília: MEC/INEP, 2000.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2001**. Brasília: MEC/INEP, 2001.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2002**. Brasília: MEC/INEP, 2002.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2003**. Brasília: MEC/INEP, 2003.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2004**. Brasília: MEC/INEP, 2004.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2005**. Brasília: MEC/INEP, 2005.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2006**. Brasília: MEC/INEP, 2006.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2007**. Brasília: MEC/INEP, 2007.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2008**. Brasília: MEC/INEP, 2008.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2009**. Brasília: MEC/INEP, 2009.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2010**. Brasília: MEC/INEP, 2010.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2011**. Brasília: MEC/INEP, 2011.

_____; Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2012**. Brasília: MEC/INEP, 2012.

CAIADO, Kátia Regina Moreno ; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira . **Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 93-104, 2011.

FERRARO, Alceu Ravello. **Análise de indicadores educacionais do Brasil: aspectos teóricos e metodológicos**. III Encontro Interinstitucional de Pesquisa: Políticas públicas e escolarização de alunos com deficiência. Florianópolis/SC, 2013.

_____; **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: O que dizem os censos?** Educação e Sociedade. Campinas, p. 21-47, n.81, vol. 23, Dez. 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-caracteristicas-gerais-da-populac-o-religi-o-e-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

_____; **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Editora Alínea/PUC-Campinas, 141 p. 2006.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. **Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006)**. In: Anais da 33ª Reunião Anual da ANPED: Educação no Brasil: o balanço de uma década. ANPED, . v.1 p.1-17, 2010. Disponível: <www.anped.org.br> Acesso: 20 mar. 2010.

RIGOTTI, J. I. R. e CERQUEIRA, C. A. **As bases de dados do INEP e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações**. In: Introdução à demografia da educação/Eduardo

Luiz G. Rios-Neto e Juliana de Lucena Ruas Riani (orgs.) – Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.